

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

PROCESSO: 3009/1999

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO

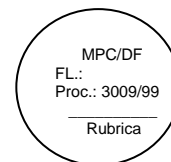
PARECER Nº 366/2010-CF

EMENTA: Representação nº 008/99-CF. Irregularidades ocorridas no Planetário de Brasília. Arquivamento. Ofícios MPC/DF quanto a notícias publicadas na imprensa acerca das obras de recuperação do Planetário. Desarquivamento. Diligência e Inspeção. Corpo Técnico pelo arquivamento. MPC/DF pela fiscalização da execução e pagamentos referente às obras da reforma do Planetário.

Cuidam os autos de irregularidades no Planetário de Brasília, envolvendo desde sumiço de bens até a degradação do patrimônio público, nos termos da Representação do Ministério Público de Contas.

2. Por meio da Decisão 5334/2008, de 28/08/2008, o Tribunal deliberou:

O Tribunal, pelo voto de desempate do Senhor Presidente, proferido com base nos arts. 73 e 84, VI, do RI/TCDF, que acompanhou o posicionamento da Revisora, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Ofício nº 175/2007, fls. 2077/2078, em atendimento à diligência constante do item III da Decisão nº 107/2007; b) dos documentos de fls. 2099/2121, 2092/2098 e 2082/2085; c) da instrução de fls. 2124/2140; II - considerar: a) improcedentes as justificativas apresentadas em atenção à alínea “a” e procedentes as ofertadas em relação às alíneas “b” e “c”, todas do item II da Decisão nº 4.255/2007; b) atendidas as diligências constantes dos itens III e IV do referido “decisum”; III - aplicar, com fundamento no artigo 57, incisos II e III, da Lei Complementar nº 01/1994 e no artigo 182, incisos II e III, do Regimento Interno desta Corte, ao Senhor Antônio Fábio Ribeiro, multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em face da contratação da empresa Centro Nacional de Desenvolvimento, Inovação Tecnológica e Propriedade Industrial (Contrato nº 002/2006), para elaboração de projetos de gestão e funcionamento do Planetário, conforme Edital de Tomada de Preços nº 001/2006, sem a documentação comprobatória da conformidade dos preços contratados com os preços de mercado, contrariando, assim, as disposições do art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993; IV - fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da correspondente notificação, para que o responsável



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

comprove, perante este Tribunal, o recolhimento do valor da referida penalidade, nos termos do art. 186 do Regimento Interno do TCDF, atualizado monetariamente até a data do efetivo recolhimento, caso este ocorra após o referido prazo (art. 59 da Lei Complementar nº 01/1994); V - determinar à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, nos termos do art. 29, inciso I, da Lei Complementar nº 01/1994, que, caso não atendida a notificação, adote providências no sentido de efetuar o desconto do valor dessa penalidade nos vencimentos ou proventos do responsável e o devido recolhimento aos cofres do Distrito Federal, na forma do art. 186 do Regimento Interno do TCDF, observados os limites previstos na legislação em vigor; VI - determinar, ainda, à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe as providências adotadas para recebimento definitivo do objeto do Contrato nº 21/2005-ASCAL/PRES, encaminhando ao Tribunal a documentação comprobatória do cumprimento dessa deliberação; VII - autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 29, inciso II, da Lei Complementar nº 01/1994, caso a medida prevista no item IV não surta o efeito esperado; VIII - autorizar, ainda: a) a inclusão destes autos em roteiro de inspeção para verificar as condições do novo local de armazenamento dos bens objeto do Contrato nº 002/2005; b) a remessa das peças mais importantes dos autos, instrução, votos, pareceres, decisões e defesas ao Tribunal de Contas da União – TCU; IX - aprovar e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; X - autorizar o retorno dos autos à 1ª Inspeção, para os devidos fins.

3. Posteriormente, após nova análise do Corpo Técnico, o TCDF, mediante a Decisão 2023/2009, de 02/04/2009, deliberou:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do comprovante de recolhimento de fl. 2210, considerando o Sr. ANTÔNIO FÁBIO RIBEIRO quite quanto ao débito apurado nos autos; b) dos Ofícios nºs 256/2008-GAB/SECT e 74/2009-UAG/SECT; II - determinar à NOVACAP que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe as providências adotadas para recebimento definitivo dos serviços objeto do Convite nº 21/2005-ASCAL/PRES, encaminhando ao Tribunal a documentação comprobatória do cumprimento desta deliberação; III - autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para os devidos fins. Impedido de participar do julgamento deste processo o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO.

4. Nesta etapa, a Unidade Instrutiva analisou as providências adotadas para recebimento definitivo dos serviços objeto do Convite 21/2005-ASCAL/PRES, bem como realizou inspeção para verificar as condições do novo local de armazenamento dos bens objeto do Contrato 02/2005, objeto das Decisões 2023/2009 e 5334/08, respectivamente. Foram apresentadas as seguintes considerações:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

Do Recebimento Definitivo

11. Com relação ao recebimento definitivo dos serviços objeto do Convite nº 21/2005-ASCAL/PRES, a NOVACAP esclareceu que a obra em questão foi recebida e, como comprovante, encaminhou cópia do Termo de Recebimento Definitivo, Transferência e Entrega, fls. 2264/2266. Em razão disso, considera-se atendido o item II da Decisão nº 2023/2009.

Da Inspeção

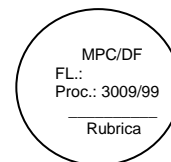
12. Insta lembrar que, em inspeção anterior, conforme Relatório nº 4/2007, fls. 2015/2036, verificou-se a precariedade das condições de armazenamento das peças e equipamentos para recuperação do Space Master do Planetário, os quais estavam depositados no pavimento térreo da sede do Planetário, acondicionados em caixas de madeira sob a frágil proteção de lonas plásticas, em local com intensa umidade e poeira. Por esse motivo, entre outros aspectos, o Tribunal determinou diligência à jurisdicionada para esclarecer a situação de armazenamento dos referidos bens móveis, consoante inciso III da Decisão nº 4225/2007, fls. 2071/2072. Em atenção à citada deliberação, o Secretário informou, à época, que os bens e equipamentos haviam sido deslocados e armazenados na sede do órgão. Na Decisão nº 5334/2008, fls. 2203/2204, o Tribunal determinou a inclusão destes autos em roteiro de inspeção para verificar as condições do novo local de armazenamento dos bens.

13. Conforme Ofício nº 007/2009-1ª ICE, fl. 2268, no dia 5/11/2009, a equipe designada apresentou-se à Secretaria da Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, com vistas a iniciar os trabalhos de inspeção.

14. Na oportunidade, foi entregue a Nota de Inspeção nº 01/2009-PC 3009/99, fl. 2269, na qual foi requerido, no prazo de cinco dias, o acesso ao objeto do Contrato nº 002/2005, que trata da aquisição de peças e equipamentos para a recuperação do Space Master do Planetário de Brasília.

15. Na data aprazada, o Sr. Saulo de Oliveira Duarte e a Sra. Kátia Stival, responsáveis, à época, pela Unidade de Administração Geral da referida Secretaria e da Fundação de Apoio e Pesquisa (FAP/DF), respectivamente, disponibilizaram o acesso ao local onde se encontravam depositados os mencionados equipamentos e peças.

16. Os supracitados bens estão armazenados no térreo da sede da Secretaria, acondicionados em caixas fechadas, na embalagem original, em local seco,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

juntos a outros objetos de propriedade da Secretaria, conforme se vê à fl. 2274.

17. Haja vista que o objeto do Contrato nº 002/2005 está depositado em ambiente fechado e seco, consideram-se aceitáveis as novas instalações, restando assim cumprida a diligência fixada no item VIII, alínea “a”, da Decisão nº 5334/2008.

Do Acórdão nº 762/2009-TCU

18. A título de informação, cumpre anotar que, em razão da Decisão nº 5334/2008-TCDF, transcrita no parágrafo 6, e outros elementos apresentados, o Tribunal de Contas da União os conheceu como representação, nos termos do seu Regimento Interno, conforme Acórdão nº 762/2009-TCU-2ª Câmara, fl. 2251.

19. No âmbito daquele Tribunal, informou-se que foi celebrado o Convênio Siafi 514.036 entre a União, por intermédio do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT (concedente) e a então Secretaria de Estado de Desenvolvimento Tecnológico do Distrito Federal (conveniente), cujo objeto consiste na execução de projeto de restauração do Planetário de Brasília.

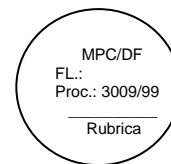
20. Segundo análise do órgão técnico do TCU, fls. 2252/2257, restaram constatadas duas irregularidades: “(a) *grave infração à norma de convênios, em razão da ausência de movimentação dos recursos do convênio (contrapartida do conveniente) na conta específica em afronta ao art. 20, caput, c/c art. 18, inc. III da IN/STN 01/97; (b) inexecução do objeto, causando prejuízo ao erário.*”.

21. Diante dos indícios de inexecução do objeto do referido Convênio, o TCU determinou o seguinte (fl. 2251):

“1.5. Determinações:

1.5.1. à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL/MCT que:

1.5.1.1. adote as providências, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste Acórdão, no sentido de analisar a prestação de contas do Convênio Siafi 514.036 e verifique o devido cumprimento do objeto e a boa e regular aplicação dos recursos públicos, atentando para a correta integralização da contrapartida e a movimentação dos



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

recursos na conta corrente específica; instaurando, no prazo de até 15 (quinze) dias, após análise, caso haja desvios e(ou) inexecução do objeto, a devida tomada de contas especial;”.

22. O TCU encaminhou ao Presidente desse Tribunal cópia do referido Acórdão, acompanhado da instrução técnica, por meio do Aviso nº 285-GP/TCU, fl. 2250.

23. Tendo em vista a possível instauração de tomada de contas especial, no âmbito do TCU, em razão de suposto desvio e/ou inexecução do objeto em questão, foram requeridas informações junto à Secretaria da Ciência e Tecnologia do Distrito Federal acerca da mencionada determinação, por meio da Nota de Inspeção nº 1/2010, fl. 2270.

24. Em resposta, mediante Ofício nº34/2010-UAG/SECT, fl. 2272, a jurisdicionada esclareceu que o Ministério da Ciência e Tecnologia aprovou a prestação de contas final do Convênio nº 01.0085.00/2004, apresentando documento expedido por aquele Ministério nesse sentido, fl. 2273.

25. Insta registrar que, embora o Acórdão nº 762/2009-TCU-2ª Câmara, fl. 2251, faça referência ao Convênio Siafi 514.036, não faz menção explícita ao Convênio nº 01.0085.00/2004. Mas considerando que ambos tratam do Projeto Restauração do Planetário de Brasília, conforme pode se comparar na documentação às fls. 1810/1817 e fl. 2273, depreende-se que dizem respeito ao mesmo objeto.

26. Tendo em vista que a prestação de contas foi aprovada, entendemos que não há nada a questionar.

Sugestões

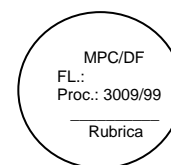
Diante do exposto, sugere-se ao egrégio Plenário que:

I – tome conhecimento:

a) do Ofício nº 1477/2009-GAB/PRES e anexos, fls. 2264/2266;

b) do Aviso nº 285-GP/TCU;

c) do Ofício nº34/2010-UAG/SECT e anexo, fls.2272/2273;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

c) dos resultados da inspeção realizada neste Tribunal, em cumprimento à Decisão nº 5334/2008, bem como da documentação acostada às fls. 2269/2270;

II – considere:

a) atendida a diligência determinada no item III da Decisão nº 2023/2009;

b) cumprido o item VIII, alínea “a”, da Decisão nº 5334/2008, tendo em vista que o objeto do Contrato nº 002/2005 está armazenado em ambiente fechado e seco, local considerado aceitável;

5. Os autos vieram ao Ministério Público para parecer, que concorda com as considerações apresentadas pelo Corpo Técnico, contudo, com relação à execução das obras de reforma do Planetário em si, considera-se oportuno tecer algumas considerações.

6. Por meio da Concorrência 47/2007, analisada no processo 36094/07¹, a NOVACAP contratou a empresa Soltec Engenharia Ltda, por cerca de R\$7 milhões² para execução das obras de reforma do Planetário, que deveriam ter sido concluídas em junho de 2008. Pode-se ver, ao transitar no eixo Monumental de Brasília, que passa ao lado da aludida edificação, que até o momento, as obras estão longe de serem concluídas. Em consulta ao SIGGO, pode-se constatar que foram empenhados³, para a citada obra:

Ano	R\$
2008	3.000.000,00
2009	2.741.124,00
2010	5.965.907,58
Total	11.707.031,58

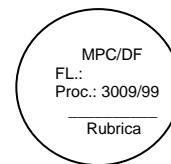
7. Esse valor representa um acréscimo de cerca de 64% ao valor inicial do contrato. Como se vê, os valores empenhados sugerem a violação da Lei de Licitações.

8. Não há, na Corte, processo acompanhando a execução dessa obra, uma vez que os autos que analisaram a licitação foram arquivados.

¹ Processo arquivado em 05/08/2008.

² O valor constante do edital era **R\$ 7.132.649,10**.

³ Empenhos em anexo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

9. Dessa forma, esta representante do Ministério Público de Contas considera prematuro o arquivamento do feito, diante da necessidade de fiscalização da execução da obra, bem como dos pagamentos efetuados. Assim, sugere-se o retorno dos autos à ICE competente.

É o parecer.

Brasília, 31 de março de 2010.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora do MPC/DF